

O índio precisa de tempo para mudar

Beth Cataldo e
Ronaldo Brasiense

— Por que o senhor abandonou a Operação Ianomâmi, planejada para retirar os garimpeiros da área indígena?

— O governo nunca acreditou nessa operação. A preparação da retirada dos garimpeiros começou em dezembro, uma época difícil para movimentar recursos oficiais, fazer convênios com os múltiplos órgãos envolvidos e reunir 250 homens do Brasil inteiro. Mal iniciada a operação, no começo de janeiro, houve a tentativa de modificar sua finalidade para acomodar os interesses conflitantes, definindo novas áreas de garimpo. Imediatamente, me afastei. Seria uma encenação, com o objetivo de mostrar à opinião pública nacional e internacional que os índios estavam sendo protegidos. A operação, que significava a liberdade dos Ianomâmi, se transformaria no retorno legalizado dos garimpeiros à área indígena. Mas a minha saída não foi nenhum momento de glória ou vaidade pessoal. Não fiz nada mais do que a minha obrigação. Sou pago para defender índio e nada mais.

— Tentar evitar o contato entre comunidades tão próximas, como as de garimpeiros e índios, não é uma fantasia?

— Mas é necessário. Essas frentes pioneiras extrativistas que me desculpem mas não são o que há de melhor na nossa sociedade para o contato com um povo tão frágil como os índios. Na sua simplicidade, o índio tem como amigo aquele que está próximo, que lhe dá presentes. A partir dessa aproximação, abre-se o caminho para a destruição. E eu vi de perto a capacidade destrutiva dos garimpeiros. Os rios poluídos pelo mercúrio ficam imprestáveis para a pesca, a ponto de os peixes sofrerem mutações genéticas pelos produtos químicos. As doenças aparecem com um poder de dizimação incrível.

— Do ponto de vista humano, que diferença há entre 40 mil garimpeiros, a maioria miseráveis, e 10 mil índios ianomâmis?

— Não desconheço que o garimpeiro é produto da injustiça social, da má distribuição de renda, da falta de saúde e educação. Ninguém nasce garimpeiro. Eles nasceram agricultores, pescadores, trabalhadores braçais. E saíram em busca de possibilidades que não encontram em seus locais de origem, submetendo-se a um trabalho duríssimo, como é o de garimpagem. São, enfim, vítimas sociais. Mas eu tento sempre me colocar na pele do índio. Que os garimpeiros mudem a sociedade, partam para a luta, mas não tentem atingir um povo que não tem culpa por tudo isso.

— A questão indígena, portanto, não pode ser resolvida sem políticas adequadas para a ocupação de terras e controle ambiental.

— Claro. Na medida em que se resolve o problema dos sem-terra, está se resolvendo, de certa forma, o problema indígena, evitando a invasão de suas áreas. Na verdade, o alvo é a reestruturação da nossa sociedade, injusta e cruel, e não da indígena. Temos um território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados onde cabem os índios, com suas áreas extensas, os santuários ecológicos, as terras para os sem-terra, os locais de garimpagem, com controle ambiental, e tudo o mais que quisermos. É uma questão de racionalidade. O que não se pode é simplesmente, em nome de interesses obscuros, invadir a terra dos índios. Temos grandes concentrações de terra nas mãos de poucas pessoas. Um conflito como esse nas terras dos Ianomâmi reflete a estrutura fundiária do Brasil.

— Mas a exploração de minérios não é um processo econômico que inevitavelmente atingirá as áreas indígenas?

— Sem dúvida, cedo ou tarde essas áreas serão exploradas. O que é preciso discutir são os caminhos que a sociedade vai encontrar para realmente defender o índio, não devastar a ecologia e tirar os benefícios das riquezas minerais. Parece-me que não é hora de se mexer nesses bens minerais. Se a nação pode passar sem o ouro, a cassiterita e o diamante dali, que hoje não trazem benefício nenhum ao povo brasileiro pois são extraídos e contrabandeados, enriquecendo meia dúzia de pessoas, não vamos mexer agora. Os ianomâmis estão passando por uma fase muito difícil. Eles precisam cicatrizar suas marcas, reconstituir suas vidas. Amanhã ou depois, se a nação necessitar dessa exploração por motivações econômicas irrecusáveis, que o assunto seja discutido com a sociedade, através do Congresso brasileiro, assegurando aos índios o usufruto daqueles bens para sua comunidade. Índio também pode ficar rico. Em outros países do mundo, áreas indígenas são exploradas racionalmente com o consentimento das comunidades envolvidas.

— O que é preciso para que esse processo ocorra sem traumas?

— O índio, no estágio em que se encontram os ianomâmis, precisa de uma coisa que nós não damos a ele para se aculturar: tempo. Não se altera culturas

BRASÍLIA — A questão indígena costuma ser classificada no rol dos temas exóticos e distantes da realidade de um país que habita as cidades e se debate em busca de sua modernização. Índios, garimpeiros, posseiros, estrangeiros e padres habitam esse mundo em que ainda é possível encontrar indivíduos que desconhecem os rudimentos da fundição do ferro ou os confortos da luz elétrica. O sertanista Sidney Possuelo faz parte desse universo. Convive com índios há quase trinta anos, período suficiente para contabilizar 34 malárias e um casamento desfeito pelas prolongadas ausências do convívio familiar. Há menos de um mês, Possuelo, aos 49 anos e casado pela segunda vez, foi autor de um gesto grandiloquente, desses que marcam vez por outra a discussão sobre os intrincados processos burocráticos de demarcação e proteção de terras indígenas no Brasil. Afastou-se da operação montada pela Funai (de onde é funcionário) para desalojar os milhares de garimpeiros que ocupam as terras dos índios Ianomâ-

mis, em Roraima, sob a alegação de mudanças cruciais no seu roteiro original. "Sou pago para defender índio" — justifica-se o sertanista.

A visão de Possuelo sobre a questão indígena no Brasil não está desvinculada de processos comuns a grande parte da população, como as desigualdades sociais que impulsionam os garimpeiros em direção ao sonho do ouro ou os riscos ambientais de uma ocupação desordenada de terras. Ele não desconhece também que o contato dos índios com a sociedade que os envolve é inevitável. Mas pede tempo para que as comunidades indígenas percorram sem traumas a distância de 10 a 12 mil anos que as separa do homem moderno. Na última quinta-feira, Possuelo falou para o JORNAL DO BRASIL com paixão desses assuntos. Em meio aos telefonemas de jornalistas estrangeiros para entrevistas sobre a operação Ianomâmi, como o do Financial Times, e um segundo convite para encontro com a equipe de transição que prepara o governo Fernando Collor de Mello.

de ervas e plantas que são importantes para ele sobreviver? Os seus cemitérios, os seus sítios importantes, onde aconteceu a sua história, com seus heróis transformadores, que criaram o homem e o mundo. Então, defende-se o universo, daí essa extensão de terra tão grande para poucas pessoas. O que ainda é pouco comparado com que eles tinham antes. Tome-se o exemplo dos caiapós, que reivindicam uma área de ocupação imemorial de seu povo. As terras pretendidas pelo Raoni, em nome dos Caiapós, não tem absolutamente nada dentro, a não ser os próprios índios, uma parte dos quais ainda isolada. No mínimo, além de proteger os índios, estará se preservando da destruição toda aquela extensão de terra. Senão, será repetido o que aconteceu nas áreas vizinhas ao longo da década. Coloca-se abaixo a floresta, atea-se fogo, planta-se capim e, em alguns anos, aquilo vira uma savana, um deserto.

— A proteção ecológica e a preservação dos índios frequentemente são associadas, no Brasil, à interferência estrangeira. Há riscos à soberania nacional nesse processo?

— Desconheço que qualquer força estrangeira queira ocupar a Amazônia. O que tenho visto é uma preocupação com a ecologia na Amazônia. O mundo é interdependente, em todos os aspectos. Formouse o Parlamento Europeu, a Associação Latino Americana de Livre Comércio; os Estados Unidos, o Canadá e o México quebram suas barreiras alfandegárias — até um governo mundial, quem sabe, vai chegar um dia. Nós não somos mais indiferentes nem à riqueza e nem à desgraça, ainda que isso aconteça do outro lado do mundo. Tudo nos atinge. Quando se começa a poluir o rio Paraná lá embaixo, outros países sentirão também os efeitos da degradação ambiental. Por que não aceitar a colaboração internacional, enquanto pautada pela preocupação ecológica? Eles podem nos ajudar a não destruir, com tecnologias e cuidados que não conhecemos. Por que esse medo de ver o Sting batalhando? Ele não está ganhando nada com isso, não montou uma empresa para explorar nossas riquezas. As empresas que poluem, a Paranapanema, a Gold Amazon, ninguém fala nelas. Mas critica-se o Sting só porque ele nasceu do outro lado. Nós não somos nenhum exemplo de ecologia para ninguém.

— É como se as pessoas quisessem que a preservação só viesse depois da destruição?

— Não é preciso repetir erros. A Europa destruiu, aprendeu sofrendo com tudo isso e agora está querendo recuperar o tempo perdido. Vamos aproveitar a experiência de outros países. Temer isso é uma bobagem, um xenofobismo maior. Acho que a grande concepção desses anos 90, daqui para a frente, é a de cidadão do mundo. Não quero para os índios do Uruguai, do Paraguai, da Argentina o que acontece aqui. Não quero os rios sujos lá. Essa consciência é muito importante para acalmar esse espírito de patriotismo exarcebado e nos colocarmos como cidadãos do mundo, a serviço da humanidade, onde quer que estejamos.

— Essa percepção xenófoba no Brasil não está ligada ao período militar, ao cuidado em evitar o reconhecimento de nacionalidades indígenas autônomas dentro do território brasileiro?

— Exatamente. O medo da divisão nacional sempre foi o fator de maior peso nessa postura. Quando, na verdade, a questão das terras indígenas passa por outro enfoque. Nessas regiões de fronteira, temos terras de propriedade privada, devolutas e nada mais. Quando demarca uma área indígena, o governo nada mais está fazendo do que confirmando a sua propriedade sobre aquela terra. A terra não passa a ser de propriedade dos indígenas e sim de usufruto dos índios. É propriedade do governo federal, registrada no Serviço do Patrimônio da União. Além disso, existem ainda dispositivos constitucionais que prevêm a intervenção do Estado dentro das áreas demarcadas, seja para pôr fim a hostilidades ou para realizar obras de grande interesse nacional. Ora, a soberania nacional está assegurada.

— Não há, portanto, um conflito de nacionalidades?

— A nacionalidade está escrita. Todos somos brasileiros, inclusive os índios. Na medida em que vai se aculturando, o índio absorve a nossa nacionalidade.

— Os sertanistas costumam ser encarados como resultado de uma visão romântica do mundo. O senhor se sente assim?

— O mundo é aquilo que nós somos e queremos ser. Não acredito que seja romantismo. Basta ver o que o Green Peace está fazendo. No início, as pessoas desse grupo eram consideradas loucas, autoras de atos absurdos em defesa do meio ambiente. Hoje, é um grupo altamente respeitado no mundo inteiro, principalmente na Europa e Estados Unidos. Uma grande parte da humanidade renovou-se a partir de ideias consideradas descabidas inicialmente. Tudo depende de nós.

Caminhos
O que é preciso discutir são os caminhos que a sociedade vai encontrar para realmente defender o índio.

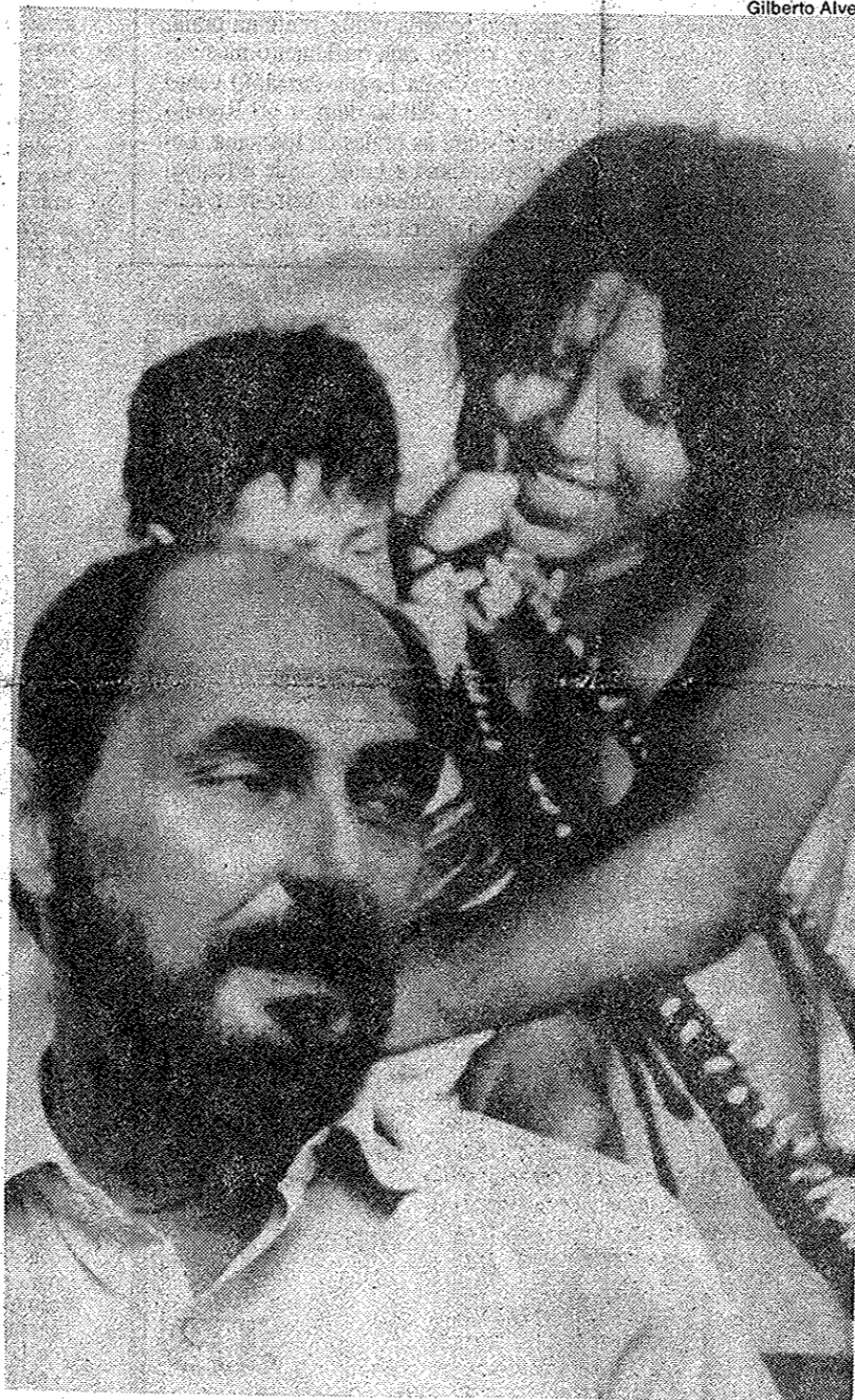
Valores
Os índios têm uma maneira própria de viver, sentir, de valorizar o tempo e o trabalho, diferente da nossa.

Preservação
Quando se quer defender uma etnia, um povo, preserva-se o seu espaço vital, o seu universo e não apenas a maloca.

Encenação
O governo nunca acreditou na Operação Ianomâmi. O objetivo era uma encenação para a opinião pública mundial.

Garimpeiros
Os garimpeiros que mudem a sociedade, partam para a luta, mas não ataquem os índios, que não têm culpa de nada.

Sem-terra
Na medida em que se resolve o problema dos sem-terra, está se resolvendo o problema indígena.



Gilberto Alves

milenares em dois, cinco anos. Os índios têm uma maneira própria de viver, sentir, de valorizar o tempo e o trabalho, que é diferente da nossa. Se nós os respeitarmos como povo, vamos não só resguardá-los como também proteger a flora, a fauna — a natureza, enfim. Vamos prepará-los para terem condições de discutir o que fazer com suas riquezas. O índio precisa saber dimensionar o mundo em que está vivendo hoje, os interesses desse universo, o relacionamento dele com a nossa sociedade. Para que possa dizer o que quer e como quer.

— Qual o sentido de manter os índios no estágio em que se encontram. A evolução não faz parte da História da espécie humana?

— A evolução é um processo que demanda milênios. Nós chegamos aonde estamos através de um processo de milhares e milhares de anos de aprendizado. De um lado, encontramos um indivíduo com uma estrutura mental, social e econômica do período neolítico e, de outro, homens da era dos computadores e de conquistas espaciais. Esses dois lados se encontram num determinado momento da história. Ao entrar numa sociedade dessas, neolítica, e querer reduzir uma distância histórica de dez a doze mil anos em pouco tempo, não está se promovendo o desejável. Mas simplesmente destruindo essa sociedade. Um processo de aculturação demanda muito tempo. Se o objetivo é garantir a evolução dos índios, é preciso primeiro garantir a preservação física desse povo. E, depois, outros processos virão ao longo de décadas, não em meses. Para o índio, o tempo é algo a ser vivido as 24

horas do dia. Para nós, tempo é dinheiro. Essa é a diferença básica entre nós. — A atitude dos índios Gaviões, no Pará, que usaram o dinheiro de indenização da Eletronorte para construir casas de alvenaria e comprar eletrodomésticos, não deixa a descoberto uma dose de paternalismo dos que defendem a preservação desses povos?

— Não sei se o exemplo dos Gaviões é um modelo a ser seguido. Mas de uma coisa tenho certeza: foi a alternativa que eles escolheram. E cada povo deve decidir o seu destino. Índio é uma minoria étnica e toda minoria tem dois caminhos, ou integra-se ou morre. O parâmetro básico dos grupos minoritários é a sociedade envolvente. O que temos a fazer é dar ao índio a oportunidade de escolher o que é melhor para ele. E isso só é possível se ele tiver informação e conhecimento. É preciso prepará-los para esse mundo que encontram fora de suas aldeias. Se há paternalismo dos indigenistas, dos sertanistas, dos que cuidam da questão indígena no Brasil, é um paternalismo padrão. Porque o que tem acontecido é uma barbaridade. A história demonstra isso. De cinco milhões, seis milhões de índios que existiam há 500 anos, temos hoje apenas 200 mil.

— O processo de aculturação dos índios demanda áreas tão extensas, do tamanho de estados como o Sergipe ou de países como a Itália?

— Quando se quer defender e preservar uma etnia, um povo, preserva-se o seu espaço vital, o seu universo. Não apenas a área onde está a maloca e a roça. Do contrário, não é preservação. De que adianta deixar de fora os campos de caça? As áreas onde existem determinados tipos